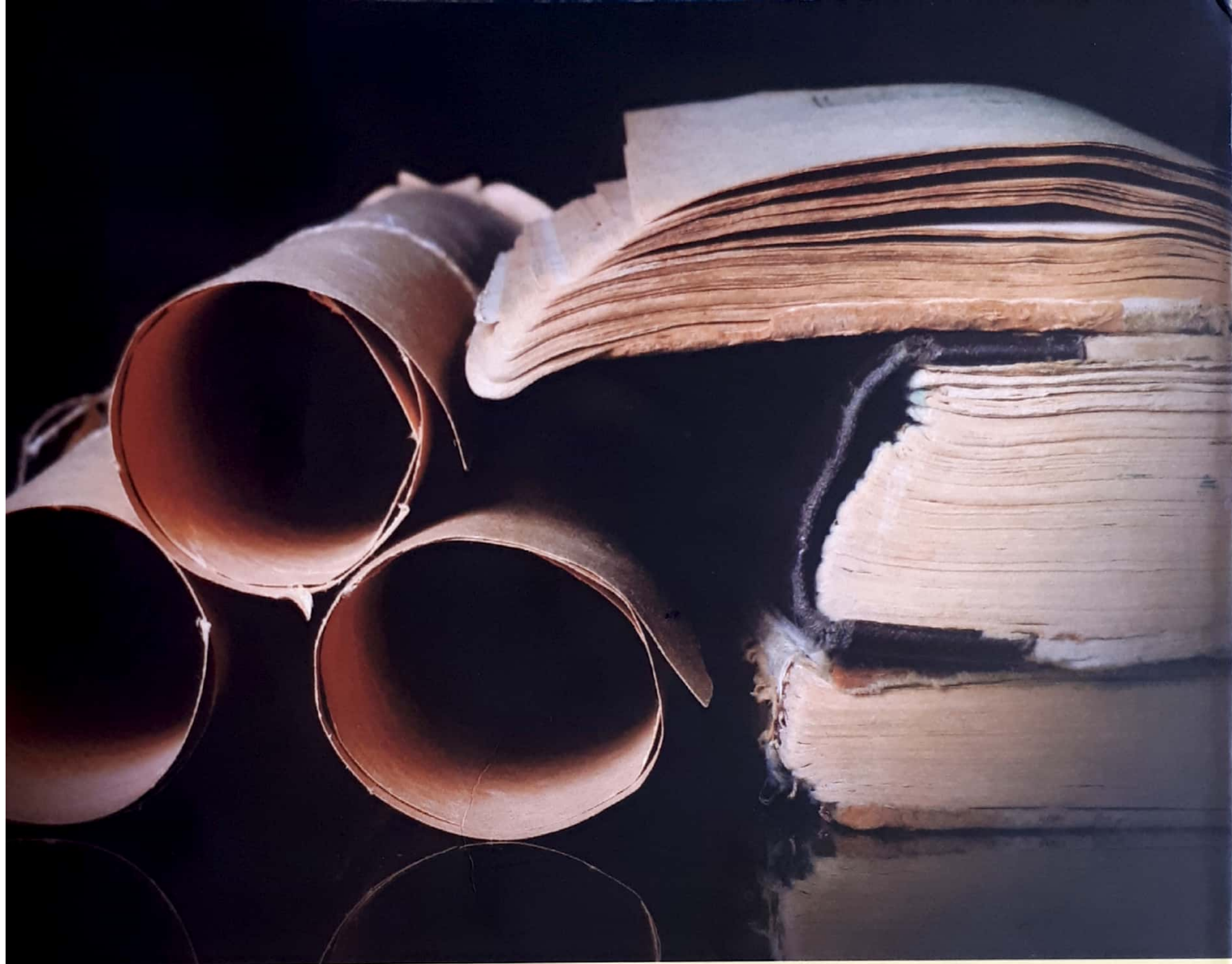


AS ESCOLAS HISTÓRICAS

Guy Bourdé
Hervé Martin

COLEÇÃO HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

autêntica

Scanned with CamScanner

Coleção
HISTÓRIA & HISTORIOGRAFIA

Coordenação
Eliana de Freitas Dutra

Guy Bourdé e Hervé Martin
em colaboração com Pascal Balmand

As escolas históricas

Tradução Fernando Scheibe

autêntica

Scanned with CamScanner

Copyright © 1983 e 1997 Éditions du Seuil
Copyright © 2018 Autêntica Editora

Todos os direitos reservados pela Autêntica Editora. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida, seja por meios mecânicos, eletrônicos, seja via cópia xerográfica, sem a autorização prévia da Editora.

COORDENADORA DA COLEÇÃO HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA
Eliana de Freitas Dutra

EDITORA RESPONSÁVEL
Rejane Dias

EDITORA ASSISTENTE
Cecília Martins

REVISÃO DA TRADUÇÃO
Vera Chacham

REVISÃO
Lívia Martins

PROJETO GRÁFICO
Diogo Droschi

CAPA
Alberto Bittencourt (Sobre imagem de Voronin76/ Shutterstock)

DIAGRAMAÇÃO
Larissa Carvalho Mazzoni

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

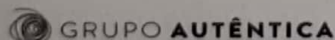
Bourdé, Guy
As escolas históricas / Guy Bourdé e Hervé Martin em colaboração com Pascal Balmand ; tradução Fernando Scheibe. -- 1. ed. -- Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2018. -- (Coleção História e Historiografia)

Título original: Les écoles historiques
Bibliografia.
ISBN 978-85-513-0377-1

1. História - Filosofia 2. História - Pesquisa 3. Historiografia I. Martin, Hervé. II. Balmand, Pascal. III. Título. IV. Série.

18-12852 CDD-901

Índices para catálogo sistemático:
1. Historiografia : História 901



Belo Horizonte
Rua Carlos Turner, 420
Silveira . 31140-520
Belo Horizonte . MG
Tel.: (55 31) 3465 4500

Rio de Janeiro
Rua Debret, 23, sala 401
Centro . 20030-080
Rio de Janeiro . RJ
Tel.: (55 21) 3179 1975

São Paulo
Av. Paulista, 2.073,
Conjunto Nacional, Horsa I
23º andar . Conj. 2310-2312 .
Cerqueira César . 01311-940
São Paulo . SP
Tel.: (55 11) 3034 4468

www.grupoautentica.com.br

Scanned with CamScanner

14

A renovação da história política

O leitor verá talvez um paradoxo em que um livro sobre as escolas históricas consagre um capítulo à história política enquanto tal: a rigor, esta não constitui antes um *domínio de pesquisa*, ao mesmo título que, por exemplo, a história econômica ou a história da religião, bem mais do que uma *corrente historiográfica* específica? De maneira bastante empírica, uma abordagem esquemática das redes da geografia intelectual e universitária justificaria no entanto, por si só, semelhante escolha: com toda evidência, os pesquisadores em história política formam uma comunidade particular, reunida em torno de animadores decisivos (especialmente René Rémond) e de lugares privilegiados (Fondation Nationales des Sciences Politiques, Institut d'Études Politiques, Université Paris X-Nanterre), geralmente afastada das outras famílias historiadoras, principalmente da dos *Annales* e da "nova história". De um ponto de vista mais teórico, porém evidentemente complementar ao precedente, fica claro também que os membros dessa comunidade compartilham certa visão dos fenômenos históricos, certo número de recusas e escolhas que fazem com que estejam juntos numa mesma abordagem epistemológica, fundada em primeiro lugar na vontade de afirmar a *autonomia* relativa do político e de voltar a lhe dar lugar como *fator de história*. É, portanto, unicamente nessa perspectiva que a noção de escola pode ser considerada no que lhes diz respeito, em termos de nebulosa mais do que de grupo rígido, de *escola de fronteiras fluidas* e não de capela fechada...

Escola hoje muito dinâmica ou, melhor dizendo, redinamizada pela pressão da crítica. Pois, de fato, a história política sofreu um bocado com a profunda renovação da pesquisa histórica francesa desde os anos 1930, tendo sido alvo de ataques virulentos que lhe negavam

Scanned with CamScanner

qualquer possibilidade de abarcar o real e ter acesso a uma autêntica cientificidade. Dessa forma, os historiadores do político tiveram de travar um longo combate, em parte para desempoeirar a prática de seus predecessores e operar um verdadeiro *aggiornamento* historiográfico, em parte para reconquistar, no seio da disciplina histórica, uma legitimidade que lhes foi fortemente contestada.

Sob esse aspecto, ninguém mais pode duvidar do êxito do empreendimento; mas *reconquista* não é *restauração*: tendo se transformado muito para superar os múltiplos desafios que lhe foram lançados, a história política se tornou por sua vez uma *história nova*, e mesmo, a seu modo, uma *história total*.

Uma história política contestada

Num artigo publicado em 1974, Jacques Julliard resumia em algumas palavras a situação da história política diante da evolução recente da pesquisa histórica na França: "A história política está com o ibope baixo entre os historiadores franceses. Condenada há cerca de quarenta anos pelos melhores deles – um Marc Bloch, um Lucien Febvre –, vítima de sua solidariedade *de facto* com as formas mais tradicionais da historiografia do início do século XX, ela conserva até hoje um sabor Langlois-Seignobos que afasta dela os mais talentosos, os mais inovadores dos jovens historiadores franceses".[190] Apesar de a frase final dever ser nuançada, tendo em vista os trabalhos que já estavam em andamento no momento da redação dessa sombria constatação, o roteiro da exclusão da história política encontra-se aí esboçado em toda sua secura e em toda sua amplidão. Para compreender sua trama, devemos nos remeter ao que era a história política tradicional, e aos vigorosos questionamentos de que foi objeto com a emergência da "escola" dos *Annales*.

Oriunda de sua própria história, que a conduzira das crônicas apologéticas à sacralização do Estado monárquico e em seguida à exaltação militante do republicanismo, a historiografia dominante do início do século XX se revestia predominantemente de uma coloração política, em razão justamente da função política de legitimação do poder que desempenhava. Prisioneira de seu estatuto assim como de

[190] "La politique" *in* Le Goff e Nora (1974, t. 2).

Scanned with CamScanner

suas fontes (escritas e oficiais), ela focalizava o Estado, as instituições, as lutas pelo poder, etc., num relato cronológico entupido de erudição mas desprovido de carne, de densidade e profundidade explicativa... Porque não passava de uma "crônica melhorada do Estado",[191] essa história devia, portanto, logicamente, atrair a crítica dos fundadores dos *Annales*, para os quais ela serviu de contraexemplo em sua empreitada de definição de uma nova prática historiadora.

De fato, na medida em que lutavam por uma "história ao mesmo tempo ampliada e aprofundada" (Marc Bloch, *Apologie pour l'histoire*), Bloch e Febvre concentraram o fogo de suas críticas sobre a tradição positivista de Lavisse, Seignobos, ou Langlois, fazendo da história política um verdadeiro *contramodelo*, uma espécie de impressão em negativo da história nova. Retomando teses já formuladas por um François Simiand ou por um Henri Berr, o fundador da *Revue de Synthèse*, Bloch e Febvre, e na esteira deles Braudel e os praticantes da nova história, construíram pouco a pouco um retrato totalmente desvalorizador da história política e, devemos admitir, ao menos de início, amplamente fundado.

É quase como se a história dos *Annales* e a história política tradicional se opusessem *termo a termo*. Ali onde é preciso se interessar pelas estruturas profundas e pelo tempo longo, a história política só faz abordar a conjuntura e a contingência. Ali onde é preciso conceber os fenômenos históricos em função das massas, ela raciocina de acordo com a lógica elitista, psicologizante e rasamente biográfica dos "grandes homens". Ali onde é preciso desvelar os mecanismos ocultos, ela mergulha num idealismo ingênuo para o qual as ideias e a vontade dos indivíduos fazem a história. E ali onde é preciso desenvolver uma abordagem serial, ela se limita ao qualitativo. Narrativa, linear, descritiva, limitada ao relato das crises ministeriais, das mudanças de regime ou de chefe do governo, ela se confina nas peripécias superficiais... No total, "*événementielle*, subjetivista, psicologizante, idealista, a história política reunia assim todos os defeitos do gênero de história a cujo reinado uma geração aspirava a pôr fim, a precipitar a queda".[192]

Contudo, se olhamos mais de perto, percebemos que os inspiradores da história dos *Annales* nunca fecharam totalmente a porta à

[191] Chaunu (1974).

[192] Rémond (1988, p. 15-16).

possibilidade de uma história política *renovada*. Braudel, por exemplo, considera que "a história política não é necessariamente *événementielle* nem está condenada a ser",[193] mas talvez tenha sido Marc Bloch quem foi mais longe na tentativa de fundação de uma história política diferente com seu estudo sobre *Les rois thaumaturges* (1924). Analisando o ritual de cura da escrófula através do toque, Bloch se esforça para identificar o caráter sagrado de um poder régio capaz de agir sobre a própria natureza: de maneira bastante significativa, afirma ter "querido fornecer aqui [...] essencialmente uma contribuição para a história política da Europa, no sentido amplo, no verdadeiro sentido da palavra".[194] Fica claro assim que a ocultação progressiva da história política nada tinha de inelutável (aliás, o politólogo André Siegfried não fazia parte do comitê de redação dos *Annales* quando estes foram criados?...). Se a renovação trazida pelos *Annales* se definiu pelo rechaço da história política tradicional e esclerosada, o projeto de história total não excluía, de início, a ambição de incorporar uma nova forma de história política, fundada numa ampliação de suas problemáticas e numa reelaboração de seus métodos. Porém, a posição de *combate* que os historiadores dos *Annales* tiveram de adotar acabou recalcando pouco a pouco essa possibilidade (ver A. Garrigou, "A construção do objeto *poder* em Bloch e Febvre", *Politix*, n. 6, 1989). Na verdade, é daí que provém a progressiva radicalização da crítica e do rechaço: nos anos 1930, a revista trazia de maneira significativa uma desdenhosa rubrica intitulada "História política e historizante", consagrada a resenhas particularmente ferozes de trabalhos de história política... Depois, com os *Annales* tendo fecundado a "nova história", desenvolveu-se uma concepção da "história imóvel" (Emmanuel Le Roy Ladurie), e o político se tornou "o horizonte morto do discurso da escola dos *Annales*"[195]: por exemplo, a enciclopédia sobre *La Nouvelle Histoire*, publicada em 1978,[196] não traz nenhuma entrada consagrada ao político.

Pois, mais profundamente ainda, foi se impondo pouco a pouco a ideia segundo a qual não se trata de criticar uma abordagem equivocada da história política, mas de recusar *o próprio fato* de atribuir importância

[193] Braudel (1969, p. 46).

[194] Bloch (1961, "Introduction").

[195] Dosse (1987).

[196] Le Goff, Chartier e Revel (1978).

Scanned with CamScanner

aos fenômenos políticos. Já que o ritmo das mudanças obedece a ciclos que excedem a duração de uma vida (a "longa duração" braudeliana...), os homens são os joguetes de forças que os ultrapassam: sob a dupla influência do marxismo e da tradição sociológica durkheimiana, os historiadores dos *Annales* concebem a vida política como um simples *reflexo* desprovido de autonomia e de realidade próprias. A partir daí, não se pode ver nela um elemento de verdadeira causalidade histórica e nem mesmo um objeto digno de interesse: para Febvre, a história política representa apenas "uma história de superfície. Uma espuma. Altas ondas que vêm animar superficialmente o poderoso movimento respiratório de uma massa oceânica" (resenha da tese de Braudel sobre *O Mediterrâneo no tempo de Filipe II*, *Revue historique*, 1950).

Os homens e os lugares da renovação

Posta sob suspeita, atacada e desconsiderada, nem por isso a história política desapareceu da cena historiográfica francesa. É mesmo evidente que, em geral sob sua forma mais tradicional, ela conservou por muito tempo sua preeminência na concepção dos programas escolares, modelando assim – ao menos até os anos 1970 – uma parte da identidade coletiva. Porém, alguns pioneiros souberam precocemente abrir novos territórios e enriquecer, renovando-o, o patrimônio dos historiadores do político.

Na verdade, antes mesmo do movimento dos *Annales*, as sementes de uma história política diferente já tinham sido plantadas. Os trabalhos de Georges Weill sobre o catolicismo liberal, sobre a história da ideia laica ou – talvez mais ainda – sua *Histoire du parti républicain en France de 1814 à 1870* (1900) lançam as bases de uma história contemporânea enraizada na duração, insistindo especialmente na perenidade e no peso dos fenômenos ideológicos na vida política. As pesquisas do próprio Seignobos, que foi no entanto um dos alvos favoritos dos adversários da história política tradicional, desenvolvem a intuição da existência de temperamentos políticos regionais específicos e duradouros, e nesse sentido fecundam o estudo das consultas eleitorais. Esse estudo emerge principalmente com André Siegfried, cujo *Tableau politique de la France de l'Ouest sous la Troisième République* (1913) inaugura as pesquisas de geografia eleitoral, observando o jogo dos diversos fatores de determinação

Scanned with CamScanner

dos votos (estruturas geográficas e sociais, parâmetros culturais e religiosos, fenômenos de implantação local, etc.). Na sequência, é sobretudo a história das ideias que mantém viva a chama da história política: um Albert Thibaudet no entreguerras aponta as linhas de força do tempo presente;[197] um Jean-Jacques Chevalier, professor no Sciences Po de 1943 a 1965, faz uso de todo seu senso da pedagogia para esboçar um vasto afresco sintético do encadeamento das teorias políticas na história.[198]

Porém, em seguimento a eles, é sobretudo a René Rémond que cabe o papel principal na renovação da história política após a Segunda Guerra Mundial, especialmente com a publicação, em 1954, de *La Droit en France* (reeditado e atualizado em 1982 sob o título *Les Droites en France*). Através desse livro decisivo, a história política rompe definitivamente com a crônica *événementielle*, e "assimila o melhor dos combates dos *Annales*".[199] Tornado um clássico entre os clássicos, o livro de Rémond oferece uma visão de longa duração da história das famílias políticas, desde a Revolução até nossos dias, fundada na distinção, hoje bem conhecida, entre três tradições distintas: direita "orleanista", conservadora e liberal; direita "legitimista", tradicionalista e reacionária; direita "bonapartista", populista e apregoadora de uma democracia plebiscitária e autoritária. Por meio do exame de seus fundamentos ideológicos, de suas bases sociológicas, de sua implantação espacial, de seus modos de expressão e organização, de suas reações aos acontecimentos e de suas evoluções, etc., é uma abordagem *global* dos componentes da direita francesa que é operada, abrindo caminho para uma nova visão da história política.

A partir de então, geralmente em torno de René Rémond, que exerce uma função central de inspirador e animador, forma-se pouco a pouco uma nova família de historiadores do político, cuja geografia se estrutura principalmente segundo dois polos frequentemente associados: de um lado o par Fondation Nationales des Sciences Politiques/Institut d'Études Politiques, de outro a universidade Paris X-Nanterre (um Pierre Nora ou um Jacques Julliard, ambos diretores de estudos na EHESS ilustram a possibilidade de configurações diferentes, mas – quantitativamente – estas permanecem secundárias). Mais recentemente, um novo

[197] Thibaudet (1927; 1932).

[198] Chevallier (1949).

[199] Jean-Pierre Rioux *in* Guillaume (1986).

Scanned with CamScanner

foco irradiador surgiu com a criação pelo CNRS do Institut d'Histoire du Temps Présent (IHTP), inicialmente animado por François Bédarida e Jean-Pierre Rioux, redator-chefe de uma nova revista criada em 1984, *Vingtième siècle. Revue d'histoire*. Afirmando sua vontade de abordar sem distinções todas as facetas da pesquisa histórica, esta não deixa de assinalar logo de entrada sua escolha de conferir "uma atenção particular àquelas, maiores, do político e do ideológico, que ganharam, no momento da irrupção das massas e dos sistemas fechados, sua densidade própria e sua autonomia" ("Déclaration de naissance", n. 1, 1984).

Em 1988, na confluência desses lugares da história política, um livro veio demonstrar o dinamismo coletivo cristalizado ao redor de René Rémond: *Pour une histoire politique*. Organizado pelo próprio Rémond, "esse livro não chega a ser exatamente um manifesto" (introdução coletiva), mas o fruto da "surpresa" de seus autores diante da maneira caricatural como a história política costuma ser apresentada. Reunindo contribuições de diversos especialistas, o livro tenciona propor um balanço prospectivo das numerosas conquistas de uma "história política rejuvenescida [que] encontra todas as suas virtudes num ambiente científico que as duas últimas décadas alteraram profundamente"; e afirmar a riqueza e, sobretudo, a validade da história política. De certa maneira, portanto, podemos ver nesse livro uma espécie de equivalente, para a história política, das sínteses historiográficas dos anos 1970 sobre a nova história (*Faire de l'Histoire*, organizada por Jacques Le Goff e Pierre Nora, ou *La nouvelle histoire*, organizada por Jacques Le Goff, Roger Chartier e Jacques Revel), e nesse sentido ele constitui a marca, não de uma inversão, que ninguém reivindica, mas de um reequilíbrio das perspectivas e de uma (re)legitimação da história política.

As raízes do retorno da história política

A título puramente anedótico, contudo revelador, pode ser interessante observar a evolução das questões do programa de história contemporânea do concurso nacional para professores de história: se, em 1982 e 1983, os candidatos deviam trabalhar sobre "a evolução econômica da França, da Alemanha, da Rússia e dos Estados Unidos de 1850 a 1914", em 1984 e 1985 pediam-lhes em compensação para se debruçarem sobre "a vida política na França, na Alemanha Federal e na

Scanned with CamScanner

Grã-Bretanha de 1945 a 1969"... Ao menos de maneira simbólica não se pode ver aí o sinal de uma volta da história política? Na verdade, duas séries de parâmetros podem dar conta desse retorno: de um lado, fatores exógenos, próprios à evolução das reações e dos comportamentos em relação à dimensão política da história, de outro, os fatores endógenos, ligados às metamorfoses da produção historiográfica.

No domínio das determinações extra-historiadoras, Jacques Julliard insistia, já em 1974, num fenômeno de progressiva *ampliação* da noção de política em função do peso cada vez maior nas sociedades contemporâneas de uma esfera política dilatada ("política econômica", "política cultural", "política familiar", etc.).[200] Mais recentemente (*Pour une histoire politique*), René Rémond constrói por sua vez um raciocínio similar: o retorno da história política resulta da história próxima, que demonstrou a autonomia e o lugar preponderante do político em numerosos domínios, tanto pela irrupção do acontecimento nos devires coletivos (por exemplo, o impacto das guerras) quanto pelo crescimento do campo de intervenção dos Estados ou pela politização cada vez maior de questões outrora apolíticas (a ecologia, por exemplo). Além disso, ambos mencionam a perda de influência dos modelos de análise marxistas: as teses segundo as quais o político não passaria de um reflexo, ou de uma pífia camuflagem de infraestruturas socioeconômicas determinantes em última instância, caem pouco a pouco em desuso diante de uma (re)descoberta dos fatores especificamente políticos.

Inevitavelmente, semelhante tendência se traduz progressivamente nas ciências sociais. Como observa Marcel Gauchet:

> A organização intelectual do campo das ciências sociais no ponto mais alto de sua irradiação – fim dos anos 1960, início dos 1970 – poderia ser esquematicamente descrita como um sistema com três grandes termos: uma disciplina modelo, a linguística, portadora da esperança de uma semiologia unificadora; duas disciplinas-rainhas no plano das aplicações, a sociologia e a etnologia; e duas teorias de referência, o marxismo e a psicanálise. Um mesmo paradigma hegemônico

[200] "La politique" *in* Le Goff e Nora (1974, t. 2, p. 229-250).

Scanned with CamScanner

garante a articulação do conjunto: o paradigma *crítico*. Ele tem sua expressão filosófica na *escola da suspeita*.[201]

Nesse sistema intelectual e científico, uma história serial consagrada ao tempo longo e às grandes massas econômicas e sociais encontrava muito naturalmente seu lugar, ao contrário de uma história política que ainda carregava a pecha de um interesse suspeito pelo *événementiel* e, pior, de ser falaciosa em sua vontade de atribuir peso ao político... Mas uma "mudança de paradigma" ocorre aos poucos, marcada pelo "retorno da consciência [...] e pela reabilitação da parte explícita e refletida da ação".[202] Isso ocorre por duas razões: de um lado, a crise dos anos 1970-1980, que, tornando o presente frustrante e o futuro imprevisível, leva a um aumento de interesse pela história; de outro, o desmoronamento das escatologias revolucionárias de fundamentos teóricos mais ou menos mecanicistas, que faz ressurgir o interesse pelo indivíduo e pela contingência. Assim, "essa figura geral de um devir feito de necessidades longas e reorientações contingentes logo encontra um objeto privilegiado: a história política ocidental".

Na confluência dessas mutações culturais, intelectuais e científicas foi a própria definição da esfera política que acabou mudando. Sob esse aspecto, o deslizamento semântico "da política" para "o político" é revelador: *à política*, atividade específica e – aparentemente – bem-delimitada, acrescenta-se *o político*, campo englobante e polimorfo, aberto a todos os aspectos da gestão do real e das relações de poder aí implicadas. Dando seguimento aos clássicos manuais de história das ideias políticas,[203] uma *Nouvelle histoire des idées politiques*, publicada em 1987 sob a direção de P. Ory, integra em seu seio, por exemplo, capítulos sobre a psicanálise e a política e sobre o sexo e a política.

Dessa maneira, a história política, ampliando seu objeto, remanejou profundamente suas práticas desde os impulsos dos anos 1950 e 1960; os fatores endógenos da renovação tendo precedido nesse caso seus fatores exógenos, que vieram apenas "consagrar" e reforçar aqueles. Estabelecendo o balanço da renovação interna de sua disciplina,

[201] "Mudança de paradigma em ciências sociais?", *Le Débat*, n. 50, 1988.

[202] Ver, por exemplo, Renaut (1989).

[203] Por exemplo: Chevalier (1949); Touchard (1959).

Scanned with CamScanner

René Rémond estima assim que a "contestação de que a história política foi alvo acabou por lhe ser altamente salutar: o desafio instigou a imaginação e estimulou a iniciativa".[204] Na perspectiva ampliada de uma esfera política dilatada à quase totalidade dos campos da realidade coletiva, a história política se tornou uma "ciência-encruzilhada", amplamente pluridisciplinar, atenta a novas fontes de informação,[205] voltada para a politologia, a sociologia, o direito público, a linguística ou a psicologia social, e usando por sua vez o tratamento estatístico dos dados, a análise quantitativa, a cartografia ou a história oral, etc.

A "nova" história política operou assim, na sombra, uma completa mutação. Integrando todos os atores, através, por exemplo, do estudo da opinião pública, ela já não se interessa exclusivamente pelos "grandes homens". Trabalhando sobre um vasto *corpus* de dados numéricos (análises eleitorais, sociologia dos partidos, lexicologia...), aprendeu a ser quantitativa quando preciso. Atenta ao acontecimento, mas também aos movimentos de grande amplitude (por exemplo, as ideologias) e às estruturas duradouras, especialmente através da noção de cultura política, ela não se limita mais ao desenvolvimento descritivo de uma mera crônica *événementielle*. No fim das contas,

> A nova história do político satisfaz hoje às principais aspirações que tinham suscitado a justificada revolta contra a história política tradicional. [...] Atacando sem medo os grandes números, trabalhando na duração, apreendendo os fenômenos mais globais, buscando nas profundezas da memória coletiva ou do inconsciente as raízes das convicções e as origens dos comportamentos, ela passou por uma revolução completa.[206]

Abrindo espaço para todas as facetas da realidade coletiva, ela não se tornou uma espécie de *história total*?

A nova história política: uma história total?

Aprofundada, renovada e ampliada em suas problemáticas, seus objetos e seus métodos, a história política multiplica os campos de

[204] Rémond (1988).
[205] Um exemplo: o cinema, com o estudo de Lacourbe (1985); ou o de Garçon (1984).
[206] Rémond (1988, p. 31).

Scanned with CamScanner

investigação, num constante movimento entre *a política* no sentido clássico do termo (o poder e a vida política), estudada em clássicos manuais de síntese como o de F. Goguel sobre a política dos partidos sob a 3ª República ou o de Jacques Chapsal sobre a vida política sob a 5ª República,[207] e *o político* no sentido globalizante (os diversos aspectos da "cultura política" e das determinações políticas que pesam sobre os indivíduos e os grupos).

Desse ponto de vista, a história política pode se orientar, em primeiro lugar, para a análise dos *fundamentos teóricos* e dos *quadros institucionais* do poder. Muito além dos limites da história contemporânea, livros como *Les trois ordres ou l'imaginaire du féodalisme* (1978) de G. Duby, que examina a emergência, a partir sobretudo do fim do século XIII, de um corpo de "profissionais" da política, ou ainda *Os dois corpos do rei* de Ernst Kantorowicz (1957, tradução francesa, 1989), que estuda a simbólica do poder medieval através da imagem da dualidade do corpo régio, natural e imperfeito por um lado, imortal e infalível por outro, não pertencem a uma certa dimensão da história política? Numa direção completamente diferente, os trabalhos de teoria política comparada também permitem um enriquecimento da história política: por exemplo, em *Le droit sans l'État: sur la démocratie en France et en Amérique* (1985), L. Cohen-Tanugi opõe um modelo francês de "democracia monopolística", regida pelo Estado no quadro de um direito público que prevalece sobre o direito comum, a um modelo norte-americano de democracia fragmentada, fundada na autorregulação judiciária e jurisprudencial. Do mesmo modo, sob a direção de O. Duhamel e J.-L Parodi, juristas, politólogos e historiadores se debruçam sobre *La constitution de la Cinquième République* (1988) para identificar suas motivações, mecanismos e incidências, esclarecendo especialmente a trajetória do progressivo consenso estabelecido ao redor dela...

Porém, de maneira mais central, a história *da política* faz evidentemente seu mel do estudo do *fenômeno eleitoral*, considerado como um de seus materiais de base. Ilustrada por A. Siegfried, depois por F. Goguel – cujas *Crônicas eleitorais* se tornaram uma referência –, J. Chapsal, A. Lancelot e a escola dos politólogos da Fondation Nationale des Sciences Politiques, a análise eleitoral se mostra tanto mais frutífera na medida em

eleitora

[207] Respectivamente: Goguel (1946); Chapsal (1987).

Scanned with CamScanner

que incide sobre a duração (na França, o sufrágio universal já é antigo) e permite assim fecundas comparações. Através da utilização de procedimentos cada vez mais refinados, os pesquisadores do Centre d'Étude de la Vie Politique Française Contemporaine (CEVIPOF) podem assim, especialmente estudando a abstenção, as transferências de votos no segundo turno, etc., interpretar de maneira rápida e idônea as diversas eleições: por exemplo, em *Les élections de l'alternance*[208], eles sublinham a mobilidade, e mesmo a volatilidade, de um eleitorado que cada vez mais vota "contra" em vez de "a favor", e mostram a que ponto a vitória da esquerda nas eleições legislativas de 1981 resulta mais das contingências da conjuntura do que de uma verdadeira hegemonia. Mas, para além do conjuntural, o estudo eleitoral permite também compreender as lentas mutações estruturais: em suas *Chroniques électorales*, F. Goguel compara assim as eleições de 1902 e as de 1981; e daí extrai o ensinamento de que as especificidades regionais, muito marcadas no início do século, esvaneceram hoje, o que tenderia a indicar que o acontecimento pesa hoje muito mais do que a cultura política local.

Ao lado das eleições, os *partidos* ocupam um lugar privilegiado no campo da história política. Influenciado pelos politólogos franceses (Maurice Duverger) e norte-americanos, o estudo dos partidos abandona as monografias *événementielles* e/ou militantes a que se limitava tradicionalmente, para privilegiar diversos ângulos de ataque complementares, eventualmente separados, mas por vezes reunidos numa pesquisa de grande envergadura, como a tese de Serge Berstein sobre a *Histoire du Parti Radical* (1980). Em primeiro lugar, um partido se apresenta como um *foco de mediação política*, por meio da tradução de certo número de aspirações difusas no corpo social: por exemplo, o Partido Radical como partido das classes médias. Por isso mesmo, o partido constitui um rico *espelho* da sociedade numa dada época, na medida em que só pode emergir e durar se estiver sintonizado com certo número de problemas fundamentais do país. Porém, também podem intervir progressivos fenômenos de "inércia do político" (Berstein), quando o partido engendra ou cristaliza uma cultura política que, pelo peso do passado, permite que ele continue a desempenhar um papel importante mesmo sem ter sabido se adaptar às novas questões trazidas por novos tempos (é o que

[208] Lancelot (1986).

acontece com o Partido Radical no entreguerras). Em segundo lugar, o estudo dos partidos pode se orientar para a via *sociológica*, combinando a análise dos militantes e responsáveis, a do eleitorado e a da imagem que o partido tem ou quer dar de si mesmo.[209] Semelhante abordagem vem acompanhada às vezes por uma reflexão em termos de *gerações*[210]: em *Les communistes français* (1968), Annie Kriegel insiste assim na sucessão no seio do PCF de várias gerações definidas por sua data de adesão (geração sectária da fase de bolchevização, gerações abertas da Frente Popular e depois da Resistência, ambas – contrariamente à precedente – integradas ao consenso nacional e republicano, geração de combate da guerra fria...), cada uma dessas gerações mostrando-se portadora de valores e reflexos muito distintos. Em terceiro lugar, a história dos partidos se interessa também pela sua organização e *funcionamento*, na linhagem dos trabalhos fundadores de Robert Michels,[211] que observavam a natureza oligárquica do partido socialdemocrata alemão. Serge Berstein destrincha assim o jogo por vezes complexo das estruturas e do aparelho do Partido Radical, enquanto Annie Kriegel procede a um "ensaio de etnografia política" definindo o PCF como uma verdadeira "contrassociedade", com suas regras, suas normas, sua hierarquia, sua linguagem codificada, seu ritual, etc. Finalmente, aproximando-se da história das ideias, o estudo dos partidos se debruça, evidentemente, sobre os fenômenos *ideológicos*, esforçando-se sobretudo por revelar a *cultura política* do partido concernido (lembranças, referências obrigatórias, textos sagrados, símbolos, ritos, vocabulário, etc. Exemplo: "A cultura política na França desde de Gaulle", *Vingtième siècle. Revue d'histoire*, n. 44, 1994). No fim das contas, os partidos são vistos como elementos de "estruturação social"[212]: por isso, seu estudo, tanto por seus métodos quanto por aquilo que colocam em jogo, também é uma forma de *história total*.

[209] Ver, por exemplo, Pudal (1989).

[210] Ver, a esse respeito, Sirinelli (1989).

[211] Robert Michels, *Les partis politiques: essai sur les tendances oligarchiques des démocraties* [Os partidos políticos : ensaio sobre as tendências oligárquicas das democracias] (1914). A primeira edição francesa dessa obra, publicada em alemão, em 1911, sob o título de *Zur Soziologie des Parteiwesens in der modernen Demokratie* [Para uma sociologia do sistema partidário na democracia moderna], data portanto de pouco antes da Primeira Guerra Mundial. (N.R.)

[212] Serge Berstein, "Les partis politiques", *in* Rémond (1988).

Scanned with CamScanner

Nessa perspectiva, a história política se orienta aliás cada vez mais, conjuntamente com o estudo dos partidos enquanto tais, ao das *associações* e de sua intervenção na esfera do político, para revelar a "malha associativa que atravessa uma sociedade, uma cultura e uma forma do político".[213] Através de uma etnologia política que bebe em fontes amplamente pluridisciplinares (por exemplo, Geneviève Poujol se inspira nos trabalhos do sociólogo Pierre Bourdieu para comparar, em *L'éducation populaire* (1981), a ação da Association Catolique de la Jeunesse Française, a da protestante Union Chrétienne des Jeunes Gens e a da laica Ligue Française de L'enseignement), o estudo das associações permite compreender melhor os processos da socialização política, entre a área da sociedade civil e a do poder. Lugares de articulação entre a sociabilidade cotidiana e a dimensão do político,[214] lugares de formação,[215] lugares de reflexão,[216] lugares de combate protestatário,[217] lugares do sindicalismo e de sua relação com o político;[218] lugares, finalmente, de agrupamento comemorativo e de pressão sobre o poder,[219] as associações constituem um observatório privilegiado para se diagnosticar o estado da vida política. Assim, torna-se cada vez mais provável que possa ser estabelecida uma correlação entre os períodos de maré alta das associações e os de "crise" política e de ruptura dos consensos...

Outro ângulo de abordagem recentemente desenvolvido pela história política é o estudo dos *políticos*, frequentemente formados no quadro dos movimentos associativos e depois adentrados na vida dos partidos. Paradoxalmente mal conhecido, esse campo é agora objeto de pesquisas sociopolíticas que permitem compreender melhor o funcionamento do Estado e os determinantes de sua ação. Assim, estudando os cumes do Estado,[220] o politólogo Pierre Birnbaum propõe um "ensaio sobre a elite do poder na França" em que sublinha a oposição entre, de

[213] Jean-Pierre Rioux, "L'association en politique", *in* Rémond (1988).

[214] Agulhon (1970).

[215] Cholvy (1985).

[216] Reclus (1987).

[217] Weber (1962); Rioux (1977).

[218] Bergounioux (1982); Monchablon (1983).

[219] Prost (1977).

[220] Birnbaum (1977).

Scanned with CamScanner

um lado, a III e a IV Repúblicas, marcadas por uma profissionalização do corpo político, afastado por isso da alta função pública e do poder econômico, e, de outro, a V República, em que se opera uma fusão parcial entre poder executivo, alta administração e, em menor medida, meios econômicos. Da mesma forma, só que de um modo que deriva mais da sociologia histórica do que da história política, a tese de Ch. Charle,[221] estudando as trajetórias e as estratégias sociais e profissionais das elites intelectuais, econômicas e administrativas, oferece um novo olhar sobre as carreiras políticas durante a III República. Compreende-se então o interesse de um vasto trabalho prosopográfico: já esboçado por Jean Estèbe[222], ele assume a forma de uma vasta investigação sobre os parlamentares da III República, lançada em 1984 no âmbito do CNRS por J.-M. Mayeur e Maurice Agulhon, que deveria culminar numa visão global das elites políticas (ambiente de origem, formação, patrimônio, inserção social e cultural, carreira política, etc.). Num mesmo filão prosopográfico, a imensa empreitada coletiva, coordenada por Jean Maîtron, de um *Dicionário biográfico do movimento operário francês*[223] traz uma insubstituível ferramenta para o conhecimento das formações sindicais e dos partidos de esquerda, tanto no que diz respeito aos responsáveis quanto aos humildes militantes.

A essas abordagens em termos meio individuais, meio coletivos, a história política acrescenta uma prática renovada da *biografia política*, cujo retorno constitui um traço notável na paisagem historiográfica dos anos 1980, pela reabilitação do papel do indivíduo na história e pelo anseio de voltar a dar lugar à singularidade nas ciências sociais. Contudo, diferindo nisso das biografias tradicionais, que continuam a ter grande sucesso de vendas, as biografias "nova maneira" não pretendem tanto apresentar exaustivamente um perfil individual quanto compreender melhor a história coletiva a partir da luz lançada pela história singular. Assim, vemos se multiplicarem as biografias políticas: monumentos sobre os "grandes homens" (o *De Gaulle* de J. Lacouture, o *Clemenceau* de J.-B Duroselle); exumações de "papéis secundários" rapidamente desvalorizados (em 1984, por exemplo, dois colóquios foram consagrados a Henri

[221] Charle (1987).
[222] Estèbe (1982).
[223] Maîtron (1964).

Scanned with CamScanner

Queuille); descobertas do poder discreto dos "homens da sombra";[224] exames através da biografia de tal ou qual problema mais amplo (em *François de Wendel na República*, 1976, J.-N. Jeanneney estuda, assim, as relações entre os meios de negócios e a vida política na III República;[225] já em *Un prêtre démocrate, l'abbé Lemire*, 1968, J.-M. Mayeur observa as reações da opinião católica diante dessa mesma III República), etc. De maneira geral, essa prolífica seara biográfica vai sistematicamente além da estrita dimensão narrativa e aborda novos problemas: por exemplo, Sylvie Guillaume desenvolve, a partir do caso Pinay, uma análise dos fenômenos de imagem de marca, de memória e de mitologização em política,[226] e Serge Berstein se interroga sobre os mecanismos da representatividade política fazendo de seu personagem uma espécie de símbolo da França republicana – do ponto de vista das origens sociais (o filho das classes médias), da trajetória individual (a ascensão pela escola e pelo mérito) e da cultura (o humanismo literário, histórico e racionalista)...[227]

Por aí mesmo vemos o quanto a história política deve à história das *ideias políticas*. Marcada pelas personalidades de J.-J Chevalier e de J. Touchard, ambos professores no Sciences Po, esta permaneceu muito tempo, no dizer de M. Winock, sucessor deles no mesmo instituto, uma "história galeria", uma "história pelos cumes".[228] Ainda hoje ela privilegia frequentemente o sempre necessário estudo monográfico de um homem;[229] de uma obra (P. Rosanvallon, *Le moment Guizot*, 1981), de uma corrente[230] ou de um tema.[231] Porém, pouco a pouco, a essas indispensáveis monografias se acrescentam, além da exumação de homens ou correntes mal conhecidos,[232] os frutos de uma *ampliação do corpus*, cada vez mais aberto aos fenômenos de instauração, de difusão e de recepção das ideias a fim de "perceber seus rastros em todos os setores da sociedade

[224] Assouline (1986).
[225] Jeanneney (1976).
[226] Guillaume (1984).
[227] Berstein (1985).
[228] Cf. M. Winock, *Por uma história política*.
[229] Leroy (1981); Rebérioux (1981).
[230] Girard (1985); Duranton-Crabol (1988); Taguieff (1988).
[231] Freund (1984).
[232] Exemplos: Julliard (1971); Sternhell (1978); Sand (1985).

Scanned with CamScanner

[...] descendo do Olimpo das 'grandes obras'" (M. Winock). Duas teses abriram precocemente o caminho para essa abordagem ampliada: em primeiro lugar, em 1959, a de René Rémond sobre *Les États-Unis devant l'opinion française, 1815-1852*, depois, em 1968, a de J. Touchard sobre *La gloire de Béranger*. Em ambos os casos, através da imagem de um modelo estrangeiro e do extraordinário impacto de um autor de canções populares no século XIX, uma verdadeira captura da cultura política coletiva é operada. Na brecha assim aberta, a história das ideias não parou de se diversificar, escrutinando os fenômenos de aculturação política pela escola, as revistas, os processos de atração ideológica,[233] os "despertadores" de consciência,[234] as representações coletivas, as relações entre arte e ideologia,[235] ou ainda os fatores de coesão capazes de congregar diversas famílias políticas contra um adversário real ou suposto.[236] No final das contas, e tocamos aqui numa noção central, comum ao conjunto das abordagens da história política, é a *cultura política* que se tornou objeto da história das ideias políticas, como deixam claro os trabalhos de Cl. Nicolet sobre a ideia republicana na França,[237] os de M. Winock analisando a vida política francesa em termos de recorrentes "guerras tipicamente francesas" organizadas segundo estruturas duradouras,[238] ou ainda os de Raoul Girardet, que, em *Mitos e mitologias políticas*,[239] se aventura por territórios inexplorados para definir um "imaginário político" através do estudo de quatro grandes mitos políticos, os do Complô, do Salvador, da Idade de Ouro e da Unidade...

Para fazer isso, e está aí talvez um dos aportes mais marcantes do *aggiornamento* da história política, recorre-se cada vez mais, às vezes sistematicamente, mas em geral de maneira parcial, aos *instrumentos lexicológicos* oriundos da linguística. Já em 1962, a tese de J. Dubois sobre O

[233] Respectivamente: Ozouf (1963); Winock (1975); Burrin (1986).

[234] Em sua tese, intitulada *Geração intelectual: Khâgneux e normalistas no entreguerras* (1988), Jean-François Sirinelli assim sublinha o papel de Alain na formação política de seus alunos.

[235] Exemplos: Lacorne, Rupnik e Toinet (1986); Milza (1988).

[236] Exemplos: Rémond (1976); Becker e Bernstein (1987, t. 1).

[237] Nicolet (1982).

[238] Winock (1986).

[239] Girardet (1986).

Scanned with CamScanner

vocabulário político e social na França de 1869 a 1872 ilustrava a fecundidade desse tipo de investigação, levado a cabo desde então especialmente pelo Laboratório de Lexicologia Política da Escola Normal Superior de Saint-Cloud, e consolidado pela criação em 1980 da revista *Mots*. Por um lado, a passagem pela lexicologia – difícil e rebarbativa em razão de sua tecnicidade e do caráter aleatório de seus resultados – permite, através de uma abordagem quantitativa, demonstrar com mais rigor aquilo que citações, mesmo numerosas, não podem *provar*: assim, D. Peschanski mostra que entre janeiro de 1934 e agosto de 1936, a revista *L'Humanité* passa, sobretudo a partir de julho de 1935, de um vocabulário de classe a um vocabulário centrado no ecumenismo do "povo", em conformidade com a dinâmica de formação da Frente Popular.[240]

Por outro lado, à função demonstrativa pode se acrescentar uma função heurística, já que o estudo das estruturas lexicais permite, por exemplo, desvelar as figuras mentais que regem o discurso.[241]

Seguramente, semelhante história política trabalha tanto com o serial quanto com a duração. Isso significa que o *acontecimento* passou a ser ignorado? Longe disso: muito pelo contrário, numa epistemologia que deliberadamente atribui grande importância às contingências do tempo curto (René Rémond, "O século da contingência?", *Vingtième siècle. Revue d'histoire*, n. 1, 1984), "o acontecimento, especialmente sob sua forma política, não deve ser considerado como um simples *produto*; ele não é o grão de areia que se transformou em pérola no corpo da ostra-estrutura; ao contrário, na medida em que materializa um ponto de arrepio da história, ele é por sua vez *produtor* de estrutura".[242] Por exemplo, o *fait divers*, por mais anedótico que pareça, pode assim revelar entraves nas engrenagens consensuais, como demonstram M. Winock, em *Drumont e Cia*, quando estuda o incêndio do Bazar da Caridade para lançar luz sobre as estruturas mentais do antissemitismo político no fim do século XIX, ou J.-P. A. Bernard, quando tenta definir o clima da França dos anos de Guerra Fria por meio de uma evocação de seus *faits divers* mais marcantes ("*Faits divers* dos anos frios", *Silex*, n. 20, 1981). Do mesmo modo, os "grandes dias" não são mais abordados apenas

[240] Peschanski (1988).

[241] Ver: Prost (1974); Labé (1977).

[242] Jacques Julliard *in* Le Goff e Nora (1974).

Scanned with CamScanner

em si mesmos, mas, integrados num *trend* que os engloba, a montante e a jusante, já que eles cristalizam mal-estares anteriores e lembranças ulteriores – tornando-se também, por sua vez, fatores de história.[243]

Sendo assim, o estrutural e o conjuntural, o longo – ou médio – termo e o *événementiel* não são mais concebidos como termos antinômicos e sim como os dois polos de uma dialética complexa pela qual, através dos fenômenos de *memória*, estrutura e conjuntura atuam reciprocamente uma sobre a outra. Um bom exemplo dessa imbricação é fornecido pela tese de Paul Bois sobre os camponeses do departamento da Sarthe,[244] que mostra como, determinada pelo contexto da produção agrícola no século XVIII, a Chouannerie instaura estruturas políticas quase inalteradas até o limiar dos anos 1960... Mais recentemente, surgiu um grande interesse por um campo particularmente fecundo para a história política, o da relação entre *memória, imaginário e política*, ilustrando a fórmula de Raymond Aron segundo a qual o objeto da história se constitui de "vivência cristalizada".[245] Maurice Agulhon, pioneiro na matéria,[246] debruça-se assim sobre a entrada da política nos costumes do século XIX, sobre a maneira como ela se torna um elemento da realidade social seja através das estruturas de sociabilidade seja dos monumentos e da estatuária... Em *Batalhas pela memória,* G. Namer estuda por sua vez a maneira como, desde 1945, o poder político organizou e se apropriou da memória da Segunda Guerra, percebida por todos como uma questão política de fundamental importância (o que Henry Rousso demonstra também, sob um ângulo diferente, em *A síndrome de Vichy*, 1987). Já A. Boureau se aventura no campo da semiologia política analisando os símbolos do poder e sua função na memória, assim como Philippe Burrin quando observa os mecanismos da encenação política.[247] Mas é uma empreitada coletiva de grande envergadura que melhor caracteriza essa orientação recente da história política: a empreitada dos *Lugares de memória*, publicados desde 1984 sob a direção de Pierre Nora, que propõem um "jogo do ganso da

[243] Berstein (1975); Rudelle (1988).

[244] Bois (1960).

[245] Aron (1961).

[246] Cf. Agulhon (1970; 1979; 1988).

[247] Respectivamente: Boureau (1985); Burrin (1986).

identidade francesa"[248] oferecendo uma história da memória coletiva dos franceses, um "inventário dos lugares onde ela se encarnou eletivamente e que, pela vontade dos homens ou pelo trabalho dos séculos, permaneceram como seus símbolos mais fulgurantes".[249] Centrado numa história das *representações*, o conjunto (três tomos divididos em quatro longos volumes) multiplica assim os olhares sobre símbolos (a *Marselhesa*, Versalhes), monumentos (o Panteão), festas (o 14 de Julho), referências (*A História da França* de Lavisse), lembranças sagradas (Verdun), etc., que cristalizam a consciência nacional *e* política... Nessa perspectiva, cultura política e *espaço* podem aliás ser utilmente postos em relação, seja por meio da observação monográfica de um fenômeno de implantação local duradoura, seja por meio de ensaios de síntese globalizante.[250]

Por esse viés, compreende-se que a história política se afirma também como uma história da *opinião pública*. Por certo, feita de uma complexa "alquimia entre as mentalidades e o contexto",[251] difícil de definir e ainda mais de estudar, a noção de opinião pública apresenta delicados problemas metodológicos.[252] Sua análise permite, não obstante, enriquecer consideravelmente a história política, esclarecendo a maneira como são percebidas as realidades e mostrando como essa percepção se transforma ela própria num fator de história.[253] Posto diante da obrigação de diversificar o máximo possível suas fontes (imprensa, literatura, cinema, iconografia, publicidade, correspondências, diários íntimos, debates políticos, sondagens, arquivos prefeitorais e judiciários, relatórios de polícia, *faits divers*, fontes orais, etc.), o historiador da opinião pública é confrontado a uma visão particularmente ampla do corpo social que estuda, o que lhe permite reconstituir "sequências sintomáticas do imaginário coletivo" (P. Laborie). Assim, escrutinando a opinião na região do Lot durante a Ocupação, Laborie demonstra as progressivas transformações de uma população que, marcada pela derrota, mostra-se de início majoritariamente pró-Vichy, mas vai pouco a pouco deixando

[248] Rousso (1987, p. 151-154).

[249] Nora (1984, "Présentation", p. VII).

[250] Ver, respectivamente: Fourcault (1986); Lacoste (1986).

[251] Becker *in* Rémond (1988).

[252] Laborie (1988).

[253] Ver, por exemplo, Schor (1985).

Scanned with CamScanner

de apoiar o regime colaboracionista do marechal Pétain, sobretudo a partir de 1942.[254] Assim também, cruzando inúmeras fontes e jogando com uma cronologia refinadíssima, J.-J. Becker traz à luz a maneira como os franceses, no momento de entrar na Primeira Guerra, passam da consternação à resignação, e depois à resolução, entre o momento da mobilização e o das primeiras partidas.[255]

A partir daí, abordando os campos da cultura política e os da opinião pública, a história política já não pode prescindir do estudo dos *parâmetros de determinação das escolhas políticas*, como os fatores sociais ou religiosos, nem pode ignorar os *polos de criação e difusão das representações políticas*, por exemplo: os meios intelectuais e as mídias.[256]

Recusando com vigor determinismos sociológicos que consideram redutores e ocultadores da especificidade e da relativa autonomia do campo político, os historiadores do político nem por isso deixam de desenvolver análises em termos socioculturais, mas insistindo no fato de que os pertencimentos sociológicos nem sempre são decisivos. Uma obra coletiva como *L'univers politique des classes moyennes*,[257] reunindo politólogos e historiadores sob a direção de G. Lavau, G. Grunberg e N. Mayer, ilustra perfeitamente essa maneira de proceder, focada nas classes médias e na posição que ocupam no discurso político.

Por outro lado, mais até do que os fatores sociais, os fatores religiosos são muitas vezes considerados como parâmetros primordiais para as escolhas e comportamentos políticos na medida em que possuem, por exemplo no que concerne às eleições, um maior valor preditivo do que os elementos socioprofissionais ou geográficos.[258] Ela própria amplamente renovada (René Rémond, "A história religiosa da França no século XX", *Vingtième siècle. Revue d'histoire*, n. 17, 1988), especialmente sob o impulso da sociologia religiosa oriunda dos trabalhos de G. Le Bras e de F. Boulard, a história da religião traz assim ricas contribuições para a história política, permitindo relacionar *Forças religiosas e atitudes*

[254] Laborie (1980).

[255] Cf. Becker (1977).

[256] Cf. Jeanneney, "Les médias", *in* Rémond (1988).

[257] Lavau, Grunberg e Mayer (1983).

[258] Cf. Michelat e Simon (1977).

Scanned with CamScanner

políticas na França contemporânea.[259] Transbordando – uma vez na vida! – os limites necessariamente demasiado franceses do presente livro, podemos encontrar uma boa ilustração disso no estudo de G. Kepel, *Le Prophète et Pharaon*, que analisa, através dos movimentos islamistas, as relações entre o religioso e o político no Egito contemporâneo.

Assim como o religioso, o cultural também se revela capaz de fecundar a história política (P. Ory, "A história cultural da França contemporânea: questão e questionamento", *Vingtième siècle. Revue d'histoire*, n. 16, 1987). Desse modo, em *Jeux, modes et masses: la société française et le moderne,* P. Yonnet desenvolve uma "sociologia do parecer" que, por meio do estudo de comportamentos culturais difundidos (jogar nos cavalos, *jogging*, moda, *rock*, etc.) coloca os historiadores do político em questão: se o espírito democrático não se concentra mais unicamente na atividade cívica, se a própria existência de um corpo social minimamente homogêneo se dilui na atomização d'*A era do vazio*,[260] a vida política sob sua forma tradicional não deverá, senão desaparecer, ao menos se transformar radicalmente?

Talvez uma nova dimensão da história política, a da história dos intelectuais, possa trazer elementos de resposta. Desenvolvida recentemente, ela permite avaliar os processos de formação e difusão de uma dada cultura política, conjugando a análise de itinerários individuais, das gerações e da sociabilidade dos meios intelectuais.[261] No já citado *Génération intellectuelle: Khâgneux et normaliens dans l'entre-deux-guerres,* Sirinelli esclarece, por exemplo, os fenômenos de impregnação pacifista na França dos anos 1930; já em *Le reveil des somnambules: le Parti Communiste, les intellectuels et la culture*, J. Verdès-Leroux revela os avatares do PCF seguindo o percurso dos intelectuais comunistas nas últimas décadas, como o faz para o conjunto da esquerda, pelo prisma da questão tchecoslovaca, P. Grémion.[262]

Esse último livro, aliás, nos leva a um último aspecto da renovação da história política: o dos trabalhos consagrados a outros países e das pesquisas sobre as *relações internacionais*. Por um lado, os historiadores

[259] Rémond (1965).

[260] Lipovetsky (1983).

[261] Cf. Sirinelli (1986).

[262] Cf. Grémion (1985).

Scanned with CamScanner

franceses do político ampliam sua abordagem à dimensão internacional do objeto que estudam: é o caso, por exemplo, da dinâmica revista *Communisme*, ou ainda o dos autores de *L'Internationale socialiste.*[263] Por outro, numerosos são aqueles que consagram todo seu trabalho ou boa parte dele à história política de tal ou qual país estrangeiro: entre muitos outros, L. Bianco ou M.-C. Bergère para a China, F. Bédarida ou Ch. F. Mougel para a Grã-Bretanha, Cl. Fohlen, A. Kaspi ou P. Mélandri para os Estados Unidos, H. Carrère d'Encausse para a URSS, A. Grosser para a RFA, R. Ilbert para o mundo muçulmano, o politólogo G. Hermet para a Espanha, etc. Finalmente, sob o impulso decisivo de seus dois mestres, Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle, autores de uma *Introduction à l'histoire des relations internationales,*[264] os especialistas em relações internacionais iniciaram trocas cada vez mais ricas e frutuosas com os historiadores do político. Em *La décadence* (1979) e depois em *L'abîme* (1982)[265], estudando a política externa da França antes da Segunda Guerra, o próprio Jean-Baptiste Duroselle concede amplo espaço aos elementos de política interna; da mesma forma, numerosas teses[266] operam uma constante confrontação entre política interior e relações internacionais, a ponto de ambas já não serem separáveis. As próprias guerras[267] não são em parte uma questão de história política enquanto laboratórios privilegiados que desnudam o jogo social e político e como fatores de legitimação política de um homem (de Gaulle) ou de um partido (o PCF)?

História política e história do tempo presente

Logo se vê, a história política se afirma hoje na França como uma história dinâmica, revivificada pela travessia do deserto que seus detratores lhe impuseram e sequiosa de alcançar uma visão global dos fenômenos históricos. Refratária às abordagens demasiado deterministas, ela se mostra atenta à contingência e ao acontecimento,

[263] Portelli (1983).
[264] Renouvin e Duroselle (1964).
[265] Duroselle (1988; 1979; 1983).
[266] Cf. Milza (1981); Vaisse (1984).
[267] Cf. J.-P. Azéma, "La guerre", *in* Rémond (1988).

Scanned with CamScanner

que marcam "a derrota de certa racionalidade, mas não a derrocada da inteligência", mas também aberta aos horizontes da duração, da estrutura, da memória e da cultura política. Considerando o político como "o lugar de gestão da sociedade global" e "o ponto onde conflui a maior parte das atividades", ela visa portanto a "se inscrever numa perspectiva global em que o político é um ponto de condensação".[268]

Ali onde a "nova história" se coloca em questão,[269] a história política pode afirmar sua inteira legitimidade. Resta-lhe, no entanto, uma última batalha a vencer: a que consiste em legitimar sua orientação – por certo não exclusiva, mas forte – para a história próxima, essa "história do tempo presente" que alguns assimilam ainda a uma mera crônica jornalística, recusando-lhe qualquer estatuto científico. Se o interesse, a pertinência e a validade dos trabalhos sobre um passado tão próximo que se confunde com o presente já não precisam ser demonstradas, temos, no entanto, que admitir que nem toda a comunidade historiadora está convencida disso. Contudo, em sua época, um Tucídides ou um Michelet não foram também "historiadores do tempo presente"?

[268] Rémond (1988).

[269] Cf. Burguière (1989).

Scanned with CamScanner